



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6925

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 31/01/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a proibição do uso de publicidades em postes de serviços de telefonia, eletricidade e iluminação pública no município de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.3      **Posição:** 20      **Número de folhas:** 04

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado; não votado  
U: 26.3  
Ordem: 20  
nº fls: 02



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2005

AUTOR:

Vereadora – Fátima Macedo

ASSUNTO:

Dispõe sobre Proibição do Uso de Publicidades em Postes dos Serviços de  
Telefonia, eletricidade e Iluminação Pública no Município de Montes Claros e dá  
Outras Providências.

## MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 31/01/2006
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## Gabinete da Vice-Presidência

### PROJETO DE LEI N.º 2006

*“Dispõe sobre proibição do uso de publicidades em postes dos serviços de telefonia, eletricidade e iluminação pública no município de Montes Claros e dá outras providências”.*

**Art. 1º** - Fica proibida a colocação, instalação, colagem ou afixação de placas, faixas e quaisquer outros materiais de propaganda nos postes de telefonia, eletricidade e iluminação pública localizados nas áreas urbanas centrais do município de Montes Claros.

**Art. 2º**-O Poder Executivo Municipal, através dos seus órgãos e agentes fiscalizadores, tomará as providências necessárias ao cumprimento dos termos dispostos no artigo anterior.

**Art. 3º**-Os responsáveis pelas infrações cometidas serão notificados pelos órgãos de fiscalização sendo obrigados a providenciar a retirada do material irregular 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da notificação relativa à infração cometida.

**Art. 4º**-Em caso da não retirada do referido material por parte do infrator, o Poder Executivo Municipal providenciará a imediata apreensão do material irregular, recolhendo-o em depósito próprio.

**Art. 5º**- Fica sob a inteira responsabilidade do infrator a retirada do material do depósito após o seu recolhimento.

**§ 1º**- O infrator terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da apreensão do material para recolhê-lo;

**§ 2º**- Encerrado o prazo citado no parágrafo anterior sem que o infrator providencie a retirada do material apreendido, o Poder Executivo Municipal tomará providências para a inutilização do mesmo;

**§ 3º**- O Poder Executivo Municipal fará inutilizar o material apreendido e não recolhido em local e condições próprias, podendo, também, providenciar o reaproveitamento ou a reciclagem do mesmo.

**Art. 6º**- O Poder Executivo Municipal estipulará e regulamentará, através de Decreto, no prazo de 60 dias após a aprovação desta Lei, os valores das multas cabíveis no caso de descumprimento do disposto no artigo 1º.

Parágrafo único – A retirada do material apreendido será autorizada somente após o pagamento das multas e encargos relativos à infração cometida.

**Art. 7º**- O Poder Executivo, através dos órgãos competentes, determinará as regras aplicáveis no caso de placas de trânsito nas quais poderá ser explorada a publicidade ou placas indicativas de estabelecimento.

**Art. 8º**- Esta Lei Municipal entra em vigor 30 (trinta) dias a partir da data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 04 de janeiro de 2006.

  
**Fátima Pereira Macedo**  
vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 JUSTIÇA  
EM 31 DE MARÇO DE 2006  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “ Dispõe sobre Proibição do Uso de Publicidades em postes dos serviços de telefonia, eletricidade e iluminação no Município de Montes Claros e dá outras Providências.”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto sob comento proíbe o uso de publicidade em postes no Município de Montes Claros, sendo que, em seu artigo 4º cria a obrigação para o Poder Executivo de providenciar a apreensão do material irregular, o que, ao nosso sentir, estaria contrariando o princípio da independência dos poderes previsto constitucionalmente.

Desse modo, o Poder Legislativo por meio da proposição em epígrafe, estaria se antecipando ao Chefe do Poder Executivo, invadindo o campo da discricionariedade do Executivo para disciplinar a matéria.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 13 de dezembro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605